

## A MEADA LEXICOGRÁFICA\*

Geraldo Mattos\*\*

**E**

ste trabalho é uma conversa comigo mesmo para orientar-me nas dificuldades que sinto no caminho de um produto de lexicografia, a que fui arremetido pelas circunstâncias da minha vida: autor de muitas obras didáticas no campo da Língua Portuguesa, a minha Editora (minha: aquela para a qual eu escrevo. . . – venho andando contaminado de dicionarite) encaminhou-me o convite (neste caso, ordem irrecusável. . .) de duas obras fora da mi-

nha área tradicional. Assim, se eu o publicar um dia, há de ser por vaidade ou masoquismo.

Vejo que há numerosas dificuldades no campo da Lexicologia e inúmeras no da Lexicografia: o ideal seria talvez que todo lexicólogo tivesse sido previamente lexicógrafo. . .

\* Ver lista de abreviaturas no final deste artigo.

\*\* Universidade Federal do Paraná

O caráter intimista deste monólogo explica os muitos enunciados imperativos, com que eu me preparo para os meus cuidados futuros, as afirmativas cautelosas, com que eu me detenho diante de várias incertezas, e as palavras escolhidas para alguns conceitos, de que me valho para evitar os termos demasiadamente técnicos ou pertencentes a uma teoria específica. Além de tudo, parece-me estar caminhando dentro de uma floresta, e vai acontecer de eu repisar alguns passos, mas nunca perfeitamente coincidentes: eu devo também perdoar-me por errar tanto dentro dela.

Para iniciar sem nenhuma idéia preconcebida e deixar o meu pensamento fluir livremente nesta nova seara, vou assumir que a ação lexicográfica pretende estabelecer um diálogo entre o autor e um público e concluir que o plano inteiro desse diálogo compreende duas etapas: a do autor diante da obra e a da obra diante do público. Dois momentos do mesmo diálogo, cada um deles repercute sobre o outro, mas o primeiro deles é apenas a premissa do diálogo, enquanto o segundo constitui o seu termo. Por isso, os desacertos dessa primeira etapa podem ser corrigidos ao longo dela, mas os da segunda são irremediáveis.

Este raciocínio me parece inútil por ser completamente óbvio, mas é precioso justamente porque a evidência tem tamanha clareza que pouca gente a enxerga.

Se o trabalho do autor visa ao proveito do público, cabe de início a pergunta:

O que quer o leitor com a sua consulta?

O consulente nunca é um aluno ou um aprendiz à procura de um manual, mas é sempre um descontente, um curioso e um apressado, com um problema específico para resolver no exato momento em que o depara. Se houvesse tempo para uma pesquisa demorada, existem livros exaustivos para todo ramo do conhecimento humano. Parece-me que esta circunstância de consulta propicia ao autor o ideal da obra lexicográfica, que consiste em dizer o máximo com o mínimo: o máximo, porque é preciso eliminar por completo a dúvida do consulente, e o mínimo, porque toda consulta é circunstancial.

Vou tomar este critério para guia da minha reflexão.

Toda obra lexicográfica se caracteriza por ser um conjunto de unidades, dispostas em alguma ordem de fácil acesso, mais frequentemente alfabética. Cada uma das unidades desse conjunto é um *artigo*.

O conjunto de artigos permite identificar o produto lexicográfico por uma característica muito clara: o comparecimento de *sintagmas* e *paradigmas*. O simples aspecto visual os distingue: a horizontalidade do sintagma e a verticalidade do paradigma. Os dois ei-

xos, o sintagmático e o paradigmático, constituem respectivamente a microestrutura e a macroestrutura da obra lexicográfica.

Todo artigo é um sintagma: uma cadeia estabelecida pela sucessividade dos elementos linguageiros. Como sintagma, deve ter uma estrutura sintática em que se articulem os dois elementos que o constituem: a *entrada* e o *verbete*.<sup>1</sup>

A entrada é o elemento essencial do artigo.

Ela principia cada artigo e caracteriza-se por representar uma descoberta do lexicógrafo. Efetivamente, cada uma das entradas preexiste ao trabalho lexicográfico e a sua presença ou ausência na obra depende da escolha do autor.

Cada uma das entradas de uma obra é mais freqüentemente uma palavra, mas me parece conveniente examinar essa questão mais de perto, porque a decisão vai depender da tipologia da língua. A maioria das línguas apresentam três níveis significativos anteriores e inferiores ao enunciado:

### 1. Elemento inicial.

É o menor elemento significativo e consiste sempre de um conjunto de sons, os quais nada significam individualmente na neutralidade da língua. É o morfema:

banalidade (dois morfemas: qualidade / de ser banal).

Em geral, não se tem consciência dele, em línguas flexivas.

### 2. Elemento medial.

É um conjunto rigidamente ordenado de elementos iniciais. É a palavra:

banalidade (uma palavra).

Caracteriza-se por ter uma estrutura seqüencial sem nenhuma liberdade de colocação, com as funções manifestadas pelos ocupantes e marcadas pela ordem em que aparecem. Como a palavra codifica o mundo interior e exterior, assunto do ato de fala, o falante sempre tem consciência dela.

### 3. Elemento terminal.

É o conjunto de conjuntos rigidamente ordenados de elementos iniciais. É a frase:

<sup>1</sup>Como a nossa língua apresenta as palavras *artigo* e *verbete*, prefiro especializar o significado de cada uma delas para dispor de um termo para falar da palavra de entrada e do que se lhe segue (artigo) ou apenas do que se lhe segue (verbete).

grande banalidade (uma frase).

O nível seguinte já constitui enunciados em número teoricamente infinito: se for usado para fins de obra lexicográfica, certamente há de chamar-se coletânea.

O elemento mais comum de uma entrada é a palavra, porque lhe cabe organizar o mundo sob a ideologia da língua, mas a escolha da entrada básica pode diferir de língua para língua: o Esperanto escolhe decididamente o morfema, porque não tem variantes. Por razão contrária, o português opta pela palavra: vem recheado de variantes impostas ao falante.

Contudo, há três casos em que me parece que se deva recorrer também à coleta de morfemas:

1. O morfema é extremamente produtivo na língua e ocorrem muitas formações novas. Eu mesmo exemplifiquei essa necessidade (por acaso, pois não sou adivinho), quando falei na minha *dicionariete*. Seria, portanto, oportuno incluir este verbete:

...-ite suf. sf. 1. Inflamação de (parte do corpo) – *apendicite*.

2. Mania de (alguma coisa) – *preguicite*.

O resultado é que se deve considerar o conjunto dos morfemas vivos e recolher aqueles que se adequam à finalidade da obra.

2. O morfema pertence a um conjunto fechado que empresta uma particularidade comum a cada um de seus elementos em palavras derivadas sem evolução semântica:

...-dor suf. am. ou sm. Que pratica o ato de (fazer alguma coisa) – *nadador* / *bebedor* / *destruidor*.

...-nte suf. amf. ou smf. Que é caracterizado por (fazer alguma coisa) – *estudante* / *condescendente* / *pedinte*.

...-tivo suf. am. Que serve para (se fazer alguma coisa) – *educativo* / *proibitivo*.

Nenhum autor deveria fugir ao trabalho de distinguir as palavras derivadas, simplificando drasticamente o seu significado:

*purificar* v. Tornar puro.

*purificador* am. ou sm. Que purifica: purificante, purificativo.

*purificante* amf. Que purifica: purificador, purificativo.

*purificativo* am. Que purifica: purificador, purificante.

A diacronia interfere constantemente com a regularidade semântica do derivado, mas quase sempre sobram alguns elementos no presente da língua para chegar-se ao significado efetivo de alguns desses sufixos mais atingidos:

...-ção suf. sf. Fato de (ter feito alguma coisa) – *salvação*.

...-mento suf. sm. Ato de (estar fazendo alguma coisa) – *salvamento*.

Compreende-se que o primeiro desses sufixos indica a ação

acabada (perfeita), enquanto o segundo denota a inacabada (imperfeita). Como existem apenas dois, o primeiro que se implanta na língua costumeiramente assume os dois significados, mas é muito comum que a escolha inicial considere mais significativo o percurso da atividade (e aparece o morfema *-mento*) ou o seu termo (e aparece o morfema *-ção*). Assim, pode-se observar que a inconsciência linguageira segue muito de perto o bom senso (verbetes reduzidos):

*render*<sub>1</sub> v. Apresentar (alguma coisa) em função de outra que se fez: oferecer, proporcionar – *render votos a um candidato* / *render juro ao aplicador.* ) rendimento sm.

*render*<sub>2</sub> v. 1. Obrigar (alguém) a desistir da resistência. (. . .-se).  
2. Desistir da resistência: capitular. ) *rendição* sf.

Ou ainda:

*afundar* v. [. . .] ) *afundamento* sm.

*aplicar* v. [. . .] ) *aplicação* sf.

3. A palavra derivada de forma e significado regular é incorporada ao verbete da primitiva, sem haver entrada para ela:

*adivinhar* v. [. . .] ) *adivinhação* sf.

Se o dicionário inclui também as palavras corriqueiras, cujo significado ninguém ignora, com muito mais razão deveria introduzir os afixos de que se vale para poupar entradas.

Existe somente um caso em que a frase merece uma entrada própria:

Ela tem forma fixa e falta a algum de seus elementos o emprego independente na língua considerada na obra. Assim, seria melhor escolher a frase e não a palavra:

*de cor* (ó) loc. adv. De memória.

*em prol* de loc. prep. Em benefício de (alguém ou alguma coisa) – *batalhar em prol da liberdade*.

Seria talvez oportuna a redundância para se evitar o trabalho dobrado de procura:

*cor* (ó) sm. desus. 1. Memória. Arc. 2. Coração.

*prol* sm. desus. Benefício – *batalhar em prol da liberdade*.

A dificuldade é a sobrecarga de se darem termos arcaicos ou desusados e a necessidade de serem classificados como tais.

Afora esses dois casos, a entrada é sempre uma palavra da língua e bastaria procurá-las, encontrá-las e registrá-las na dependência dos requisitos do assunto e da clientela.

Entretanto, podem aparecer divergências de obra para obra, correspondendo a entrada de uma a duas ou mais de outra, porque toda descoberta (e cada coleta é uma descoberta) requer acuidade de olhos e de mente.

Aparece agora o problema da identidade da palavra: é a forma

ou o significado, a sincronia ou a diacronia, a individualidade ou a combinatória que deve decidir o que constitui a palavra?

A decisão entre a homonímia e a polissemia de uma entrada é lingüística e deve fundamentar-se em critérios objetivos que partam dos conceitos de significado mínimo e significado básico da palavra.

O significado mínimo é aquele que se manifesta em todas as ocorrências de uma palavra, independentemente dos contextos e dos ambientes de fala. O resultado é que constitui um homônimo a forma mínima livre que não possa de maneira alguma ser reduzida apenas a um significado mínimo, devendo constituir duas entradas.

O significado mínimo pode ser de dois tipos:

### 1. Nome da classe final

Distingo a classe final, que sempre mantém uma parcialidade específica, e a classe derradeira, que inclui a totalidade genérica. Assim, o quadrado é uma figura (classe final) e uma coisa (classe derradeira). A classe derradeira é o significado mínimo absoluto, mas vai ser sempre redundante, dada a necessidade de se acrescentar imediatamente a classe final. Por isso, é inútil para fins de formulação de conceitos.

Como os caracteres essenciais de um conjunto também se encontram em seus elementos e servem para qualificar tanto o conjunto quanto seus constituintes, a entrada e o significado mínimo por classe final pertencem à mesma classe gramatical.

### 2. Particularidade constante da coisa

A particularidade constante da coisa vai produzir um detalhe de significado, sempre presente em qualquer ambiente de fala. Neste caso, o significado mínimo tem uma função qualificativo-restritiva e pode pertencer a outra classe gramatical, cabendo a outra palavra do verbete manter a classe gramatical da entrada: assim, por exemplo, os verbos *dever* e *poder* apresentam uma determinada taxa de expectativa como significado mínimo, que é uma circunstância. O verbete volta a ter a mesma classe da entrada mediante a palavra inicial, que é um verbo (verbetes reduzidos):

*dever* v. Ter uma grande chance de ocorrer – *Deve chover.*

*poder* v. Ter uma pequena chance de ocorrer – *Pode chover.*

Esses significados mínimos (alta taxa de probabilidade/baixa taxa de probabilidade) aparecem em qualquer das acepções em que esses verbos se empregam:

Ele deve chegar dentro de uma hora. – Alta probabilidade.

Ele pode chegar dentro de uma hora. – Baixa probabilidade.

Todas elas se devem aos fatores dessa probabilidade: assim, a

necessidade e a obrigação implicam alta probabilidade, enquanto a força e o direito importam em baixa. No sentido de ter dívidas, parece-me que seria melhor considerar o verbo *dever* como o segundo homônimo e dar-lhe entrada independente.

O significado mínimo diverso, que é o fator que caracteriza os homônimos, pode derivar-se das particularidades que condicionam o encontro de morfemas em uma língua, das circunstâncias em que se constitui o seu léxico ou da evolução semântica que sofrem as suas palavras ao longo do tempo.

No primeiro caso, a sua descoberta é fácil, porque aparecem homônimos da norma (verbetes reduzidos):

*apontar*<sub>1</sub> v. Dar a (alguém) um meio de saber o ponto em que se encontra (alguém ou alguma coisa).

*apontar*<sub>2</sub> v. Fazer (alguma coisa) passar a ter ponta.

Ou ainda:

*contar*<sub>1</sub> v. Fazer (alguma coisa) passar a ser um conto.

*contar*<sub>2</sub> v. Transformar (alguma coisa) em conta.

Ora, se as formas *ponto* e *ponta* e *conto* e *conta* são palavras diversas, também devem ser diversos os verbos derivados delas.

No segundo caso, aparecem homônimos do sistema e a facilidade do seu reconhecimento depende da distância significativa entre eles:

*manga*<sub>1</sub> sf. Parte de roupa.

*manga*<sub>2</sub> sf. Fruta.

No terceiro caso, a dificuldade de escolha é maior, mas parece haver uma tendência para se optar pela polissemia e recusar a homonímia, principalmente quando a diferença de significado depende de um avanço por metonímia ou sinédoque. Considerem-se estas possibilidades, numa análise parcial do verbo *lograr*:

#### 1. Polissemia:

*lograr* v. 1. Enganar (alguém ou alguma coisa) – *lograr o comprador / lograr a morte*. 2. Usufruir de (alguma coisa) – *lograr um descanso*. 3. Alcançar (algum bem) – *lograr uma vitória*.

#### 2. Homonímia:

*lograr*<sub>1</sub> v. Enganar (alguém ou alguma coisa) – *lograr o vendedor / lograr a morte*.

*lograr*<sub>2</sub> v. 1. Usufruir de (alguma coisa) – *lograr um descanso*.

2. Alcançar (algum bem) – *lograr uma vitória*.

Ainda que me repita ao longo deste trabalho (eu escrevo para mim e tenho a cabeça dura), insisto que se percebe claramente a dificuldade de se lidar com o sinônimo: o verbo *enganar* e o par de

verbos *usufruir* e *alcançar* empurram o autor para a homonímia. A solução, porém, deve ser objetiva, ancorada no encontro de um único significado mínimo (polissemia) ou de uma pluralidade deles (homonímia).

Parece que se pode pensar neste significado mínimo para essas duas circunstâncias de emprego, que duplicariam a entrada:

*lograr* v. Passar a ter proveito às custas de (alguém ou alguma coisa).

Com a morte, o bom é afastá-la; com o descanso, o bom é aproximá-lo: sempre aparece o proveito de alguém. Com esta interpretação, a atualização do significado dependeria das circunstâncias do ambiente de fala e pode bem ser que *lograr a morte* seja gozá-la (num caso de tortura), enquanto *lograr um descanso* seja evitá-lo (num caso de aperto de dinheiro).

Como quer que seja, parece que se pode construir um critério para se discernir a homonímia e a polissemia, quando decorrentes da história da língua:

Se os possíveis complementos de uma palavra estiverem numa distribuição complementar, a palavra é polissêmica, melhor que homônima. Efetivamente, qualquer elemento da língua (do fone ao período) vale apenas enquanto for imprevisto o seu aparecimento. Todo traço de motivacionalidade de um signo ou conjunto de signos importa imediatamente em uma variante de que se devem descobrir os limites de emprego: o condicionado é sempre variante de algum incondicionado.

O significado mínimo diverso pode ser inerente à palavra, produzido pela constância do uso (convencionalidade):

*adquirir* v. Passar e ter.

Os homônimos da norma têm um significado mínimo motivado: os significados mínimos dos verbos *apontar*<sub>1</sub> e *apontar*<sub>2</sub> ou *contar*<sub>1</sub> e *contar*<sub>2</sub> dependem respectivamente dos significados mínimos dos substantivos *ponto* e *ponta* ou *conto* e *conta*.

Ao contrário, os homônimos do sistema têm significados mínimos imotivados, o que também é a regra para os heterônimos.

O significado mínimo é recurso para delimitar um campo semântico sem apelo a um conjunto de elementos extralingüísticos:

Passar a ter: adquirir,  
comprar,  
conquistar,  
conseguir,  
ganhar,  
obter,  
roubar,



trocar, etc.

O significado básico constitui a primeira acepção da entrada.

Descoberto o significado mínimo, é preciso encontrar as várias acepções da palavra, preferentemente por pares de alternativas que simultaneamente acumulem recursos para definir cada uma das outras palavras, separadas da primeira pelos traços distintivos adotados, e construam também o campo semântico de que faz parte a palavra de entrada.

O conjunto de acepções encontradas deve agora ser analisado em termos de seu inter-relacionamento para se chegar àquela inteiramente imotivada. Cada uma das outras é resultado de um processo de metáfora, metonímia ou sinédoque. Com isso, o significado básico é aquele em que faltam esses recursos. Um exemplo desse escalonamento de acepções:

- amor* 1. Sentimento: significado básico.  
 2. Pessoa que se ama: significado metonímico.  
 3. Coisa que agrada: significado metafórico.

Por ser o menos motivado, o significado básico é também o menos sobrecarregado de alternativas, servindo este critério de guia para descobri-lo:

- adquirir* 1. Passar a ter / por troca: comprar, trocar – *adquirir uma casa*.  
 2. Passar a ter / sem troca / por sua ação: alcançar, conseguir, obter – *adquirir prestígio*.  
 3. Passar a ter / sem troca / contra a vontade / permanentemente: apanhar, pegar, contrair – *adquirir uma doença*.

A diferença entre o significado mínimo e o básico é que o primeiro é o significado de um campo semântico e se atualiza na fala apenas quando o próprio campo semântico dispor de um signo. Nesta hipótese, o significado mínimo coincide com o básico, resultando os casos extremos da significação: a monossemia absoluta e a polissemia extrema. A primeira ocorre raramente na língua, que sempre admite o sentido figurado, e é de regra na metalíngua, que nunca a admite: a palavra *premissa* é um exemplo de monossemia absoluta da Lógica e o seu significado mínimo é também o seu significado total. A segunda ocorre na língua e na metalíngua, principalmente com os substitutos relacionais (proformas): a palavra *ele* é um exemplo de polissemia extrema, em que coincidem o significado mínimo e o total. Ou seja: a identificação do significado mínimo com o básico importa sempre num signo que tem como referente um universo, que pode ser unitário (monossemia absoluta) ou virtualmente infinito (polissemia extrema), porque um significado básico implica sempre

um segundo significado, sendo o significado mínimo a intersecção deles.

O estabelecimento definitivo do conjunto das entradas vai depender da tomada de um objetivo e da escolha da clientela. O objetivo da obra pode ser o conjunto ou um subconjunto do léxico, distinguindo assim a obra geral e a especial, enquanto a clientela pode ser o conjunto ou um subconjunto dos falantes, delimitando assim a obra total e a parcial. Vai ocorrer qualquer das possibilidades:

1. Geral e total (tudo para todos).
2. Geral e parcial (tudo para alguns).
3. Especial e total (alguma coisa para todos).
4. Especial e parcial (alguma coisa para alguns).

A obra geral pode limitar o conjunto de suas entradas, mas o critério é a clientela a que serve, enquanto a especial tem o conjunto de suas entradas severamente delimitado pelo assunto que quer apresentar. Além disso, há um princípio básico que separa a obra geral e a especial: a primeira acolhe também os signos internos (palavras gramaticais), enquanto a segunda os elimina e toma o seu universo do meio dos signos externos (palavras lexicais).

Os falantes podem subdividir-se ainda em dois grupos: monolíngüe e plurilíngüe. Evidentemente, a obra destinada aos primeiros deve ser monolíngüe; destinada aos segundos, pode ser monolíngüe ou plurilíngüe.

O verbete é o elemento acidental do artigo.

Caracteriza-se por implicar uma criação do lexicógrafo. De fato, o lexicógrafo é o seletor das entradas, mas o redator dos verbetes.

Deve ser construído com o raciocínio do bom senso (senso comum), não com o da Lógica, porque ambos divergem em alguns pontos e o público se guia pelo primeiro. Entretanto, cabe ao autor adotar uma teoria semântica que possa levá-lo a estruturar adequadamente o conjunto dos traços que definem tautologicamente a entrada. Por razões pessoais, prefiro orientar-me pela teoria do trajeto semântico, que considera o acontecimento uma interrupção espaço-temporal e toma para ele a analogia de um trajeto: alguma coisa (carga) parte de um ponto inicial (origem) e procura um ponto final (destino), seguindo um determinado caminho (percurso), para constituir o acontecimento (fato). Toda palavra pode ser definida em termos de um desses elementos ou do conjunto deles, mas é evidente que o trajeto semântico deve ficar implícito no verbete, subjazendo à sua construção. Além da vantagem de encaminhar o autor ao significado mínimo, o trajeto semântico facilita o encontro das várias relações que as palavras estabelecem entre si e permite distingui-las

por meio de um conceito operacional em que se aplicam os limites (origem e destino) e a distância que os separa (percurso). Como o relacionamento das palavras depende do relacionamento das coisas, é preciso explicá-lo, a fim de que o significado de cada uma dessas palavras, acrescido da circunstância relacional, assegure de pronto o significado das outras. Torna-se cômodo distinguir estas relações:

### 1. Percurso reverso

Constitui pares de palavras reversivas, que manifestam o mesmo fato, mas alteram a mão ou o sentido do percurso: assim, *entregar* é de cá para lá, enquanto *receber* é de lá para cá. Efetivamente, existem desigualdades de língua que correspondem a igualdades de fato: assim, os mencionados verbos *entregar* e *receber* implicam a mesma carga (alguma coisa), a mesma origem (aquele que fica sem essa coisa), o mesmo destino (aquele que fica com essa coisa) e o mesmo percurso (o caminho dessa coisa), constituindo intervenções do ponto de vista do falante, que privilegia subjetivamente determinada circunstância do acontecimento, tornando-a o ponto de partida do enunciado (sintaticamente, sujeito): o sujeito do verbo *entregar* é a origem da carga, enquanto o sujeito do verbo *receber* é o destino dela. As palavras reversivas são reciprocamente includentes, porque cada uma implica a outra: nunca se pode entregar sem alguém receber ou receber sem alguém entregar. Entretanto, essa identidade única das desigualdades de língua quase nunca consta do próprio verbebe, requerendo um trabalho de inferência do leitor: seria fácil indicá-las pela técnica remissiva.

A relação reversiva é sempre simétrica.

Os vários pares de palavras reversivas têm a faculdade de manterem todos o mesmo significado mínimo, que é o de terem a mesma direção, mas outro sentido, e constituem por isso um vasto campo semântico, em que o par menos carregado de circunstâncias pode servir de apoio para definir os outros: assim, *vender* é um *entregar*, enquanto *comprar* é um *receber* (basta observar que *vender sem entregar* deixa de ser vender e passa a ser furtar).

As palavras reversivas independem do fato, que é o mesmo, apenas modalizado pela respectiva cultura, e requerem por isso um cuidado extremo no dicionário bilíngüe: elas podem divergir de língua para língua.

### 2. Percurso inverso

Constitui pares de palavras inversivas, porque a origem e o destino de uma equivalem respectivamente ao destino e à origem da outra: assim, *esquentar* é levar de frio (origem) a quente (destino),

enquanto *esfriar* é levar de quente (origem) a frio (destino). O percurso inverso é privativo do verbo e seus derivados, enquanto as palavras de outras classes gramaticais apresentam apenas limites inversos e só constituem um percurso inverso quando conjugadas: de frio (origem) a quente (destino), de quente (origem) a frio (destino). As palavras inversivas, de percurso ou de limite, é que se devem chamar verdadeiramente antônimos, porque são reciprocamente excluídas.

O percurso inverso pode ser pontual ou linear.

Se é pontual, nenhuma distância existe entre a origem e o destino (percurso nulo), aparecendo palavras complementares, porque implicam juntas o universo: constituem palavras inversivas pontuais os adjetivos *vivo* e *morto* (limite inverso) ou os verbos *continuar* e *parar* (percurso inverso). Como o percurso é nulo, não pode haver outros pontos entre os seus limites: com isso, nunca existe alguma palavra que indique uma circunstância intermediária, porque uma é a negativa da outra. Numa analogia, as inversivas pontuais parecem os dois segmentos de retas que formam um ângulo e se separam apenas pelo ponto em que coincidem.

Os limites do percurso linear podem ainda neutralizar-se, passando cada um deles a indicar o percurso inteiro. Acontece com os adjetivos *novo* e *velho* ou *largo* e *estreito*: uma criança é nova, mas pode ser mais velha que outra, enquanto um ancião é velho, mas pode ser mais novo que outro. Se existir a palavra que denota apenas o percurso, ela evidentemente abrange cada um dos limites (no caso de *novo* e *velho*, *idoso*).

Se é linear, existe alguma distância entre a origem e o destino, podendo aparecer palavras que indiquem pontos dentro desse percurso, entre a origem e o destino: os adjetivos *frio* e *quente* ou os verbos *nascer* e *morrer* são inversivos lineares e, por isso, dentro do percurso deles cabe respectivamente o adjetivo *morno* (entre frio e quente) e o verbo *viver* (entre nascer e morrer).

A relação inversiva é quase sempre simétrica. Cada caso de assimetria deve ser cuidadosamente assinalado. Convém citar um deles, que se comprova com estas afirmativas:

- (1) Poucos faltaram.
- (2) Muitos compareceram.
- (3) Muitos faltaram.
- (4) Poucos compareceram.

A afirmativa (1) implica a (2), e a recíproca é falsa, enquanto a afirmativa (3) não implica a (4), e a recíproca é verdadeira. Ou seja: *pouco* é o contrário de *muito*, mas *muito* não é o contrário de *pouco*.

Esta anomalia deve ser indicada na obra (verbetes reduzidos):

*muito am. ou sm. [. . .] V. pouco.*

*pouco am. ou sm. [. . .] Ant.: muito.*

O enunciado de um verbete pode apresentar dois níveis de linguagem:

1. Enunciado lingüístico.

Toma-se a entrada como signo de uma coisa e o enunciado é apenas o signo expandido dessa mesma coisa. É a palavra enquanto significado:

*amém* interj. Assim seja.

2. Enunciado metalingüístico.

Toma-se a entrada como signo de uma palavra (a própria) e o enunciado é apenas o signo expandido dessa mesma palavra. É a palavra enquanto significante:

*amém* interj. Palavra com que se encerra uma oração e se afirma que se aceita o que se disse nela.

A fala diária possui também essas duas modalidades e apenas o contexto as distingue, mas é importante marcá-las para identificá-las prontamente no verbete:

*amém* interj. [Palavra com que se encerra uma oração e se afirma que se aceita o que se disse nela.] Assim seja.

O enunciado pode ser ainda explicativo ou descritivo.

O explicativo é um conceito e, por isso, deve equivaler à entrada e substituí-la em qualquer ambiente. Neste caso, o item do verbete principia com uma particularidade que inclui o referente em uma classe (constância) e continua com outra que o distinga dentro dessa classe (oponência), num movimento tipicamente aristotélico:

*ângulo* sm. Figura [constância] formada pelo encontro de duas retas [oponência].

O descritivo assume diretamente o referente nas suas circunstâncias de ocorrência, mantendo a equivalência com a entrada, mas deixando de ser um substituto natural. Quando empregado adequadamente, parece ser mais preciso e abrangente na sua carga informativa:

*ângulo* sm. Cada uma das figuras formadas pelo encontro de duas retas.

O verbete constitui a atividade central do autor e deve encerrar o objetivo da clientela: um erro na escolha das entradas, por excesso ou por falta, perturba menos que um erro de verbete, que pode produzir conseqüências bem mais graves. Por isso, é preciso um cuidado extremo com os aspectos de seleção, redação e forma de um verbete.

O primeiro cuidado deve ser com a seleção.

A seleção de informes deve ter por medida o ponto ideal da economia, que é representado pelo compromisso entre o máximo para compreender a palavra e o mínimo para identificar a coisa e pela adoção de caracteres independentes. É verdade que esse limite antitético tem a vantagem da concisão e da precisão, mas tem também a desvantagem de exigir o bom senso do leitor e, por isso, estabelece no autor o conflito entre a cientificidade e a pedagogicidade do produto. Esse conflito deve ser resolvido sem abdicar-se da primeira e sem esquecer-se da segunda, procurando sempre informes que se adaptem ao mínimo e ao básico. Cito um exemplo, que me parece responder a esses requisitos (verbetes reduzido):

*ângulo* sm. Cada uma das duas figuras que uma reta forma quando atinge outra reta. *Ângulo agudo*. O menor dos ângulos que uma reta forma quando atinge outra. *Ângulo obtuso*. O maior dos ângulos que uma reta forma quando atinge outra. *Ângulo reto*. Cada um dos ângulos iguais que uma reta forma quando atinge outra.

Para alcançar esse compromisso entre o máximo e o mínimo, deve constar em cada verbete o significado e o emprego da palavra ou a definição e o emprego da coisa, conforme o objetivo da obra.

A explicação da palavra e a descrição da coisa dispensam toda redundância, a menos que a complexidade da entrada a recomende. Assim, parece-me redundante este verbete:

*camelo* sm. Animal mamífero, artiodáctilo, ruminante, tilópode<sup>2</sup>, com duas corcovas.

Ora, como cada uma das cinco primeiras palavras delimita um conjunto que inclui o subconjunto denotado pela palavra seguinte, bastaria reter a última delas, que implicaria as quatro anteriores. Com isso, se proporia um verbete sem redundância:

*camelo* sm. Tilópode, com duas corcovas.

Entretanto, por mais racional que seja esse verbete, pouco há de lucrar com ele o consulente. Se procurar a palavra *camelo*, vai certamente ficar com duas incógnitas em suas mãos: *camelo* e *tilópode*. Acresce ainda que os *tilópodes* constituem uma única família, a dos *camelídeos*: com isso, apenas o dado final é distintivo.

Se houver necessidade de redundância, é melhor que ela seja total ou, pelo menos, a mais abrangente possível:

*camelo* sm. Animal metazoário, cordado, vertebrado, mamífero, placentário, unglado, artiodáctilo, ruminante, tilópode, com duas corcovas.

E aparecem apenas algumas das alternativas... com a con-

<sup>2</sup>Ruminante que tem calosidades nos pés (significado segundo a etimologia), as quais constituem uma característica do *camelo*, do *dromedário* e da *lhama*.

seqüência de que a ordem dos artiodáctilos inclui também os porcos, enquanto a subordem dos ruminantes engloba ainda os bois, as girafas e os veados, sobrando novamente as corcovas do camelo para distingui-lo dos outros todos! . . .

O emprego da palavra pode ser material (pronúncia e escrita) ou funcional (sintaxe e semântica). Estes itens constituem o cerne da obra tipicamente lexicográfica. Entretanto, é freqüente o apelo à origem da palavra para além da diacronia da respectiva língua, talvez porque pareça que o passado sancione o presente. Penso que esses dados deveriam ser reservados para a obra etimológica, mas é curioso que a sua presença possa atestar o progresso humano:

*átomo* [Do grego: *atomós* – indiviso] sm. [. . .]

O emprego da coisa depende evidentemente da cultura da comunidade.

Dentro do rigor técnico, a mesma acepção não deveria conter informes sobre a palavra e informes sobre a coisa, porque estes não constituem significado de palavra, mas é comum que um dado sobre a coisa concorra eficientemente para a compreensão do significado da palavra.

Há dois tipos de informe: o identificativo e o distintivo.

O informe identificativo é uma circunstância exclusiva do objeto descrito e equivale a colocar-se o objeto diante dele mesmo: a caça ao rato é um informe identificativo do gato. A exclusividade tem um caráter de radicalidade, porque implica dois subconjuntos complementares do universo: o subconjunto unitário do objeto e o subconjunto do resto. Exige que se descubra, sem permitir que se distinga. Por esse motivo, o informe identificativo é olhado com desconfiança pelos lexicógrafos, mas tem a grande vantagem de permitir o imediato reconhecimento do objeto por meio de uma única característica. Parece-me que a sua utilidade cresce na razão inversa da escolaridade e da maturidade do público a que se destina a obra.

Curiosamente, alguns informes tipicamente identificativos são considerados distintivos e se utilizam largamente: os três lados, por exemplo, para definir um triângulo.

O informe distintivo é uma circunstância partilhada e equivale a colocar-se o objeto descrito diante de outro objeto, de que se separa por um jogo de alternativas. Tem a vantagem de poder aplicar-se a todo tipo de objetos, mas se torna inadequado para os conjuntos abertos, porque se devem multiplicar exageradamente as alternativas. A sua utilidade é proporcional à escolaridade e à maturidade da clientela.

Cada um deles tem um efeito diferente: o informe distintivo nos leva a conhecer e o identificativo, a reconhecer. A conseqüência

é que o distintivo opera com um número reduzido de escolhas (sistema binário), enquanto o identificativo trabalha com a unidade e, por isso, a quantidade de escolhas pode igualar a dos elementos do conjunto, se o elemento desejado for o último: o informe identificativo funciona apenas à frente do identificando. Com isso, justifica-se a preferência pelo distintivo, porque o conhecimento é objetivo, enquanto o reconhecimento é subjetivo. Entretanto, se o traço distintivo é excelente para indicar o indivíduo de uma classe limitada (a Fonologia que o diga!), torna-se muito oneroso com a classe extensa:

*camelo* sm. Animal metazoário, cordado, vertebrado, mamífero, placentário, unglado, artiodáctilo, ruminante, tilópode, com duas corcovas.

Essa carga talvez explique por que quase sempre aparece algum informe identificativo: é cômodo, por exemplo, reconhecer o tilópode de duas corcovas (*camelo*), o de uma (*dromedário*) e o de nenhuma (*lhama*).

O segundo cuidado vai para a redação.

Como a obra lexicográfica é utilitária, nunca literária, convém que se adote a língua comum, sem vulgarismos, mas também sem eruditismos. Parece prudente escolher sempre a forma de uso mais geral, quando ambas forem corretas num ambiente culto. Assim, por exemplo, prefira-se o primeiro torneio ao segundo:

*matar* v. Tirar a vida de (alguém).

*matar* v. Tirar a vida a (alguém).

Como a língua permite um conjunto aberto de enunciados, segue-se que há um grande número de redações possíveis, mas apenas uma delas é a melhor: o ideal é o informe perfeito com a redação perfeita. O alcance do verbete perfeito é uma aventura arriscada por causa das muitas implicações do assunto e da clientela, mas traz ao autor um gozo estético excepcional. O critério para atingi-lo, porém, é simplista: o verbete perfeito é aquele que contenta o leitor exigente, sem requerer dele outra procura. Desse critério resultam os cuidados que se devem tomar na redação das informações:

1. É preciso considerar se a obra se destina a um público irrestrito (total) ou restrito (parcial):

a) Se a obra se destina a um público irrestrito, toda palavra do verbete deve ter freqüência igual ou preferentemente maior que a palavra de entrada.

Considero o seguinte verbete inadequado às circunstâncias a que se destina a obra, por exigir do leitor alguma consulta adicional:

*camelo* sm. Mamífero ruminante, artiodáctilo, tilópode, com duas corcovas.



Se algum leitor de um público irrestrito procura a palavra *camelo*, é quase certo que desconhece a maioria das palavras com as quais se compôs o verbete. No caso de ter a paciência de procurá-las, talvez fique logrado, pois a consulta adicional obrigatória é perigosa: pode acontecer que alguma das palavras do verbete não conste do corpo da obra. É o caso da palavra *tilópode*, no dicionário consultado.

Num caso destes, a normalidade talvez permita alguns dados de tipo enciclopédico, além de informes identificativos:

*camelo* sm. Animal que remastiga os alimentos e se caracteriza pela curva do pescoço e pelas duas corcovas das costas, dotado de grande resistência e usado por isso para montaria e transporte em desertos africanos e asiáticos.

b) Se a obra se destina a um público restrito, o verbete pode conter palavras de menor freqüência.

Um bom exemplo de verbete adequado seria este:

*camelo* sm. Artiodáctilo ruminante, tilópode, com duas corcovas.

O público é restrito justamente porque é especializado num determinado campo de conhecimentos: o verbete pode, por isso, empregar a terminologia específica. Em caso contrário, se for vital o informe denotado pelo termo técnico, há de ser preferível traduzi-lo em palavras vulgares:

*camelo* sm. Animal com número par de dedos terminados em cascos [artiodáctilos], que remastiga o alimento [ruminante], tem calosidades nas patas [tilópode] e apresenta duas corcovas nas costas.

2. O verbete deve sempre tornar redundante a indicação da classe gramatical da entrada e, na medida do possível, também a indicação da regência, empregando palavra da mesma classe gramatical e da mesma regência.

A terminologia gramatical é ineficaz para o público, salvo o formado por lingüistas e professores de língua. É este critério que decide entre os dois verbetes seguintes, por exemplo:

Verbetes inadequado:

*afunilar* v. Dar a forma de funil a (alguma coisa).

Verbetes adequado:

*afunilar* v. Fazer (alguma coisa) ter a forma de funil.

O segundo verbete vai ao encontro da intuição de língua do falante e torna desnecessárias as informações de sintaxe. O primeiro vai de encontro a elas e, na maioria dos casos, a regência indicada é insuficiente para supri-las.

3. Na medida do possível, o autor deve adotar uma atitude neutra e imparcial diante da língua e do público, porque lhe compete

apresentar o significado da palavra ou o conceito da coisa, mas nunca julgá-las.

No caso da obra total, geral ou parcial, é preciso lembrar-se de que a língua pode contrariar a ciência, porque nunca é uma terminologia científica. Nada impede, segundo eu penso, que se apresentem os dois conceitos, o tradicional e o científico, mas nunca apenas o científico, pois o próprio autor vai certamente precisar daquela palavra no seu emprego popular em algum ponto da sua obra:

a) Emprego científico:

*cor* sf. 1. [. . .] 2. Qualquer colorido, exceto o branco e o preto.

b) Emprego popular:

*branco* am. Da cor do leite ou da neve.

É preciso também manter-se distante dos conflitos que a palavra e o seu referente provocam nas circunstâncias de diálogo, devendo apresentar de maneira isenta o significado que cada uma delas tem no grupo social ou na sociedade e adotar o mesmo tratamento para o vocabulário de grupos minoritários e majoritários.

Veja-se esta disparidade de tratamento, que imediatamente coloca o autor da obra apoiando uma doutrina e recusando outra (verbetes reduzidos):

*anjo* sm. Ser espiritual que serve de mensageiro entre Deus e os homens.

*médium* smf. Segundo o espiritismo, o intermediário entre os vivos e a alma dos mortos.

E aqui sobreleva a impropriedade do conceito, mais danoso porque atribuído diretamente ao espiritismo (para o espírita, o morto é o cadáver), mas com uma terminologia católica. Um espírita esperaria pelo menos este conceito, ainda que parcial:

*médium* smf. Intermediário entre os espíritos encarnados e os desencarnados.

De resto, também o primeiro conceito é falho, por ser parcial: deixa de lado o demônio, que é também um anjo. . .

Em qualquer desses casos, o melhor procedimento parece-me ser o de identificar o setor da atividade humana, ainda que sem discriminá-lo:

*anjo* sm. rel. [. . .]

*médium* smf. rel. [. . .]

E vale o mesmo para todo termo especializado.

Também exige cuidado a escolha do exemplo, em que se pode traduzir o sentimento ou o ressentimento do autor (verbeete reduzido):

*conquistar* v. Tomar terra à força de armas – *A Índia conquista-*

*tou Goa a Portugal.*

Não sou historiador, mas a verdade é que houve uma reconquista.

Todo autor deve lembrar-se de que se ocupa de palavras (o dicionarista) ou de coisas (o enciclopedista), mas não dos comportamentos que elas acarretam entre os falantes.

4. O verbete deve indicar claramente os limites do significado que a palavra inclui.

Sem apelo aos conhecimentos do leitor (e se ele procura uma palavra, é porque a ignora), um verbete deste tipo o levaria a erro: *abate* sm. Ato de abater animais para o consumo.

*indicar* v. Apontar com o dedo.

Em qualquer desses tipos de caso, apareceria dúvidas sobre o significado dessas palavras, porque faltam elementos para decidir se os conjuntos [animais para o consumo] e [com o dedo] se incluem no significado dessas palavras ou ficam excluídos delas, devendo ser acrescentados quando necessários.

Há dois modos usuais de se eliminar essa incerteza:

a) Omitem-se os adjuntos e os complementos:

*matar* v. Tirar a vida de.

b) Destacam-se por algum recurso gráfico os elementos que podem (adjuntos) ou devem (complementos) ser acrescentados na fala:

*matar* v. Tirar a vida de (alguém).

A primeira técnica é ruim. Enquanto a entrada é língua mencionada, o verbete é língua usada, mas se torna agramatical quando se suprimem adjuntos ou complementos e se deixam as preposições correspondentes. A segunda é inteiramente adequada, porque é gramatical e delimita perfeitamente a extensão do significado da entrada, além de servir ainda para identificar o acréscimo e assim fornecer um dado a mais para o emprego da palavra, precisando o seu significado:

*fruir* v. Estar na posse de (alguém): gozar.

5. Convém que se tenha um grande cuidado com o contexto ambíguo, ainda mais perigoso quando parece inocentemente perfeito por ser bem conhecido o objeto que se explica: o remédio é a releitura do autor e a leitura de outro.

Eu cometi um desses enganos antológicos (obrigado, Maria Aparecida e Cidmar):

*araçá* sm. Fruta menor e mais ácida que a goiaba.

Devia constar:

*araçá* sm. Fruta parecida com a goiaba, menor e mais ácida.

Como se redigiu, podia ser até uma ameixa, que é menor e

mais ácida que a goiaba. Para consolo da minha desventura, há muita companhia para eu achar um ombro e chorar. Alguma coisa como este verbete:

*ângulo* sm. Figura formada por duas retas que têm um ponto comum.

Parece-me que duas retas que têm um ponto comum definem quatro porções de um plano, as quais constituem uma figura, sem ser um ângulo: são quatro. Devia aparecer:

*ângulo* sm. Figura formada por dois segmentos de reta que têm um ponto comum.

Ou ainda, para escapar do termo técnico:

*ângulo* sm. Cada uma das quatro figuras formadas por duas retas que têm um ponto comum.

Algumas providências permitem encontrar o número adequado de acepções, na dependência da clientela escolhida:

#### 1. Emprego da paráfrase.

A pura listagem de sinônimos avoluma desnecessariamente o verbete, porque as línguas carecem comumente de equivalentes perfeitos. O que ocorre com muita freqüência é que a língua disponha de várias palavras que apresentem um grande número de recortes comuns de uma circunstância situacional, mas o emprego de qualquer delas sempre importa em ganho ou perda, quando comparada a outra. O erro vem do descaso com que se trata dessas diferenças de ambiente e perspectiva, talvez pela complexidade de se chegar aos caracteres distintivos do significado de duas palavras, efetivamente difíceis de descobrir, mas fáceis de constatar, quando se considera o desempenho sintático de cada uma delas. Assim, por exemplo, a existência dos verbos *ser* e *estar* separa os adjetivos em quatro subclasses sintáticas:

a) Aqueles que nunca ocorrem com nenhum deles:

Um *mero* comentário.

b) Aqueles que ocorrem apenas com o verbo *ser*:

*Ser necessário*.

c) Aqueles que ocorrem apenas com o verbo *estar*:

*Estar contente*.

d) Aqueles que ocorrem com qualquer deles:

*Ser* ou *estar alegre*.

Parece-me que fica assim provado o desacerto de se usarem os adjetivos *alegre* e *contente* dentro do mesmo verbete, um como sinônimo do outro.

A paráfrase assegura o significado da entrada e evita a dispersão dos sinônimos. Assim, por exemplo, metade das acepções do

verbo *acabar* desaparecem com este início:

*acabar* v. Fazer (alguma coisa) chegar ao fim.

É também o melhor meio de se evitar a circularidade, sempre presente quando se empregam apenas sinônimos:

a) Verbetes com circularidade:

*contente* amf. Alegre, satisfeito.

*satisfeito* am. Alegre, contente.

b) Verbetes sem circularidade:

*contente* amf. Que obteve o que desejava: satisfeito.

*satisfeito* am. Que obteve tanto quanto esperava: contente.

Dispensando a paráfrase e adotando a sinonímia, fica-se sem nenhum recurso prático para evidenciar os caracteres opositivos das palavras de grande intersecção significativa. Esse é o caso das palavras *contente* e *satisfeito*: pode-se estar contente sem estar satisfeito e estar satisfeito sem estar contente. Ao contrário, o comparecimento da paráfrase assegura os limites do significado e sugere a troca eventual pelo sinônimo aduzido.

É preciso cuidado, porque a circularidade pode aparecer dentro do mesmo verbete, apesar do emprego da paráfrase:

*alegre* amf. Que sente alegria: contente, satisfeito.

Definir a palavra primitiva por meio da derivada parece ser um erro, porque se repete o mesmo radical numa circunstância tal que a paráfrase da derivada retornaria à primitiva. Ou seja:

*alegria* sf. Qualidade de alegre: contentamento, satisfação.

Com isso, o primeiro verbete seria repetitivo, quando deveria ser apenas tautológico:

*alegre* amf. Que tem a qualidade de alegre: contente, satisfeito.

É uma maneira indireta e menos econômica de basear o verbete na sinonímia.

Ao contrário, parece-me legítimo definir o derivado por meio do primitivo, desde que este disponha da respectiva paráfrase:

*indicação* sf. Ato de indicar.

O verbo, que é a palavra primitiva, vai apresentar a paráfrase:

*indicar* v. Apontar (pessoa ou coisa) para (alguém) por meio de (gesto ou outro sinal): indigitar, mostrar.

Apesar do evidente aspecto repetitivo, a paráfrase com palavras do mesmo radical é freqüente, talvez por ser a primeira que ocorra à mente do autor:

*conhecer* v. Ter conhecimento.

*conhecimento* sm. Ato ou efeito de conhecer.

E pouco adianta que sigam vários sinônimos: a circularidade é inicial e contamina o resto do verbete. O fato é ainda mais lamentável quando se observa que a paráfrase do primitivo pelo derivado é

mais viciosa que a contrária, porque nem sempre é tautológica e, por isso, deixa de poder substituir a entrada, perdendo assim todo seu valor:

Eu *tive conhecimento* do ocorrido. [Adequado.]

Eu *conheci* o ocorrido. [Inadequado.]

O resultado é que se deve validar a paráfrase pelo exemplo. Esse cuidado poderia melhorar o verbete, diminuindo a abrangência da paráfrase e bloqueando com isso os casos de substituição indevida, ainda que se mantivesse a circularidade:

*conhecer* v. Ter conhecimentos.

A circularidade de verbete é direta e recíproca: deve ser eliminada da obra. Entretanto, a circularidade de obra é irremediável, porque se trabalha com o mesmo conjunto de palavras, mas o dano é menor, compensando a sua inevitabilidade por dois aspectos:

a) É sempre indireta e transitiva e se torna reflexiva apenas no fim da cadeia de palavras.

b) Todo falante domina um conjunto mínimo do léxico de sua língua, que inclui as palavras gramaticais e os termos usados na vida familiar.

A circularidade de obra não pode ser eliminada em nenhuma hipótese, mas pode ser contornada. Para isso, seria necessário estabelecer duas classes fechadas de palavras:

a) Classe axiomática.

Seria o conjunto mínimo do léxico de todo falante e constaria das palavras gramaticais e lexicais correntes na vida familiar, constituindo uma classe de palavras indefiníveis ou, para tê-las na obra, definíveis pela circularidade.

b) Classe teoremativa.

Seria o conjunto das palavras que se poderiam definir exclusivamente com as palavras da primeira classe.

O restante do léxico formaria uma classe aberta e cada uma de suas palavras seria definida em termos das duas classes iniciais.

2. Recusa das circunstâncias de fala.

Toda palavra fica colorida das circunstâncias de emprego e passa momentaneamente a poder ser substituída por outra, parecendo haver agora uma segunda acepção, mas esta é motivada pelo ambiente e escapa à função do autor explicitar as normas da convivência humana. É o que acontece com este verbo, por exemplo:

*pedir* v. 1. Solicitar.

2. Suplicar.

3. Querer.

4. Exigir.

A valerem os três últimos significados desse verbo, parece-me que deveriam ser inaceitáveis as seguintes insistências corretivas:

Eu não peço, eu suplico.

Eu não peço, eu quero.

Eu não peço, eu exijo.

E são todas inteiramente aceitáveis! Ao contrário, a insistência corretiva com o primeiro significado (e melhor ainda, com a paráfrase) seria inaceitável, se não for um jogo de palavras:

Eu não peço, solicito.

Cada uma dessas nuances é condicionada pelo ambiente da fala e deveria ser excluída do significado do verbo *pedir*: pedir uma informação / pedir uma graça / pedir uma cama / pedir uma satisfação. Entretanto, qualquer dessas circunstâncias pode ser atendida por uma paráfrase, talvez deste tipo:

*pedir* v. Fazer (alguém) saber que se deseja (alguma coisa) que ele tem.

Ou ainda, para manter a mesma regência:

*pedir* v. Fazer chegar a (alguém) a notícia de que se deseja (alguma coisa) que ele tem.

Em cada um desses casos, a nuance depende do emprego de uma metonímia (se pede, quer) ou de uma sinédoque (se suplica, pede).

Aceita como matriz de significados, a circunstância de fala induz o autor a um defeito maior: a falta de uniformidade, porque é impossível atender a todos os casos de interferência situacional. Basta ver que a obra que inclui o significado circunstancial do verbo *pedir* quase sempre omite o do verbo *mandar*, que a conversa entre amigos dilui num pedido, principalmente ao telefone:

– O que é que manda, meu caro?

Ocorre ainda um caso mais sério, que avoluma indevidamente o verbete: as circunstâncias do ambiente de fala permitem a escolha de dois textos, que se distinguem materialmente apenas por um par mínimo de palavras, levando o lexicógrafo a considerá-las sinônimos. Entretanto, o que se tem é uma unicidade do fato e uma multiplicitade de interpretações, porque é direito do falante escolher a que mais lhe agrada. Assim, pode-se optar pela equivalência com o verbo *ser* ou pela implicação com o verbo *constituir* em alguns contextos, mas o aparente substituto eventual nunca deveria ser base de nova acepção, porque houve apenas uma troca de textos com a correspondente troca de significados:

O exemplo é um dado importante do verbete.

O exemplo *constitui* um dado importante do verbete.

Como todo critério deve ser adotado permanentemente, a práti-

ca constante da procura do substituto aparente traria resultados calamitosos:

A tua presença é

*constitui*

*importa*

*motiva*

*oferece*

*propicia*

*traz* um descanso para os meus olhos.

E outros mais. . . meio à vontade! A dificuldade maior estaria em achar os limites da extensão dessas trocas, dado que cada um desses verbos – e dos outros possíveis! – têm particularidades específicas de significado: onde parar? Assim, a melhor prova do desacerto desse critério é o absurdo de aplicá-lo integralmente.

A recusa das circunstâncias de fala implica o aceite do significado como princípio de capitalização do verbete, mas cada acepção deveria conter um significado novo, nunca apenas um emprego novo da entrada. O emprego da palavra, porém, parece ser o critério da maioria das obras lexicográficas, com a conseqüência da multiplicidade das acepções, porque o número de empregos particulares de uma palavra é sempre muito maior que o de seus significados. E a quantidade é tanta que o autor se sente obrigado a colocar na mesma acepção palavras completamente incompatíveis em seu significado restrito:

*pedir* v. *Querer, necessitar.*

E fica sem exame o fato de que se pode querer sem necessitar (ou inexistiria a ganância) e necessitar sem querer (ou inexistiria a teimosia).

A inclusão das circunstâncias de fala repousa no descuido dos limites entre a palavra e a coisa. Cada uma delas deveria manter-se independente da outra: com a palavra, importa o significante e o significado; com a coisa, o conceito e a função. Essa indecisão de limites provém de que o significado da palavra nos leva simultaneamente ao referente e à sua função essencial, mas o amor à exaustividade conduz o autor também a funções acidentais.

Com os substantivos e adjetivos, o engano é raro: ninguém vai acrescentar que o martelo serve também para quebrar uma pedra, fazer um buraco ou calçar um armário. . . Com os verbos, o engano é contínuo: basta olhar o tamanho desses verbetes.

A tendência de apelar para as circunstâncias da fala talvez provenha de se considerar demasiadamente o referente da palavra de que se procura o significado. Para obstar a esse impulso, seria talvez conveniente analisar o caminho da palavra à coisa:



- a) Escuta-se a palavra.
- b) A escuta da palavra instala uma imagem mental no ouvinte.
- c) A imagem mental leva esse ouvinte ao objeto extralingüístico.

Basta agora que o significado seja levantado sobre essa imagem mental, desprezando o objeto: as circunstâncias variantes desse objeto ficariam automaticamente eliminadas, porque a mente retém apenas a classe ideal em que se enquadra cada um dos indivíduos.

### 3. Exclusão da regularidade lingüística.

É total o acordo dos autores de que devem ser omitidos os aspectos regulares das formas vocabulares: deixa-se assim de citar o feminino e o plural, o aumentativo e o diminutivo, o superlativo absoluto e o relativo, a pessoa e o número, o tempo e o modo, quando feitos estritamente pelas regras da língua.

As formas omitidas encontram-se todas no campo flexional da palavra. E me acode imediatamente a pergunta:

Por que apenas o sistema flexional regular é omitido?

Parece-me que deva ser eliminada toda regularidade inteiramente dominada pela intuição do falante, evidentemente na obra monolíngüe.

Nos vários setores da língua existem regularidades que podem ser atingidas:

#### a) Regularidade fonológica:

A pronúncia da palavra de entrada é comumente descrita sempre que houver qualquer possibilidade de dúvida:

*redentor* (ô) am. ou sm. [. . .]

Esse informe fonológico é dado para o estrangeiro, porque o sufixo *-dor* e suas variantes sempre têm a vogal fechada. A meu ver, seria melhor omitir esse detalhe:

*redentor* am. ou sm. [. . .]

#### b) Regularidade morfológica:

A entrada independente para a palavra derivada ficaria reservada para todo caso sujeito a uma destas duas circunstâncias:

1. A formação é regular, mas o significado se desvia daquele que seria de esperar à vista da estrutura da palavra.

O critério é claro, mas deve ser cuidadosamente aplicado, porque a mesma palavra primitiva pode ter derivados semanticamente regulares e irregulares, como se pode verificar com o verbo *pensar*:

Tem derivados de significado regular:

*pensador* am. ou sm. Que pratica a capacidade de pensar.

*pensante* amf. Que tem a característica de pensar.

Tem derivados de significado irregular:

*pensamento* sm. [Devia ser: ação de pensar.]

*pensativo* am. [Devia ser: que serve para pensar.]

2. A formação e o significado correspondente são ambos regulares, mas as duas entradas ficariam a muita distância uma da outra: a falta do derivado implicaria o aborrecimento do desencontro e da perda de tempo.

Este caso ocorre com o emprego regular dos prefixos, principalmente os de antonímia e de repetição, porque primitivo e derivado quase sempre se enrolam em letras diferentes:

Os primitivos ocorrem em uma letra:

*contente* amf. Que obteve o que desejava.

*apresentar* v. Trazer (alguém ou alguma coisa) à presença de (alguém).

Os derivados ocorrem em outra letra:

*descontente* amf. Que não obteve o que desejava.

*reapresentar* v. Trazer pela segunda vez (alguém ou alguma coisa) à presença de (alguém).

Aqui se tem um problema de aprendizagem: os falantes de línguas flexivas (a nossa, por exemplo) nunca pensariam em procurar a palavra *desatar* na entrada da palavra *atar*, certamente porque se estuda muita gramática e pouca língua. . .

c) Regularidade sintática:

Neste ponto somam-se os imperativos da regularidade e da recusa das circunstâncias de fala.

Desde que mantenha o significado inicial, um verbo transitivo direto e indireto é sempre direto e indireto, ainda que as circunstâncias de fala permitam suprimir o complemento indireto (e o verbo se tornaria transitivo direto, na fala) ou ambos, direto e indireto (e o verbo se tornaria intransitivo). Arrolar essas regularidades me parece excessivo, porque todo omissivo se baseia numa evidência do contexto, que pode violentar a sintaxe, mas nunca é significado da palavra violentada. E o pior é que a omissão de complementos existe com qualquer verbo, por ser um dado da língua, mas o dicionarista indica esse fato apenas com alguns deles. Afinal, a uniformidade é essencial na obra lexicográfica: ou com todos, ou com nenhum.

Aceitas as imposições da fala, as acepções repetem-se iguais ou parecidas, exigindo que se registre em cada caso a predicação do verbo, a qual mais proveitosamente poderia ser suprida pelo exemplo em forma canônica (verbete reduzido):

*pedir* v. dir. 1. Rogar, solicitar. 2. Implorar, suplicar. 3. Exigir, reclamar. V. dir. e ind. 4. Rogar, solicitar. 5. Implorar, suplicar. 6. Exigir, reclamar. V. intr. 7. Fazer pedidos.

A verdade é que os termos aparentemente omissos se encon-

tram presentes por meio de uma variante vazia de contexto.

Ao contrário, a excepcionalidade de predicação deve ser registrada sempre, porque ocorre aleatoriamente com alguns dos verbos (verbete reduzido):

*acabar* v. 1. Fazer (alguma coisa) chegar ao fim. 2. Chegar ao fim.

d) Regularidade estilística:

O proveito maior estaria na exclusão da acepção de sentido figurado, principalmente o metafórico, quando livremente praticado e freqüentemente inovado pela comunidade toda. Sirvam-nos de exemplo estas acepções, que me parecem dispensáveis:

*flor* sf. 1. [. . .] 2. Pessoa ou coisa muito bela.

*jóia* sf. 1. [. . .] 2. Pessoa ou coisa muito valiosa.

O traço específico da metáfora é a presença do absurdo dentro do próprio contexto do enunciado:

Aquela menina é uma flor / aquela menina é uma jóia.

Os caracteres todos do significado de uma palavra denotativa se defrontam com o traço de absurdo na hora de se gerar a metáfora e se eliminam as particularidades conflitantes para se chegar ao equilíbrio da linguagem figurada: a metáfora é um reequilíbrio, em que o signo denotativo perde o seu referente, mas continua com o seu significado.

Diferentemente, a metonímia e a sinédoque importam sempre numa troca entre o anterior e o posterior, entre o condicionante e o condicionado, a qual motiva a troca também entre as palavras que os denotam. Ambas se apóiam igualmente no absurdo, mas muito mais fracamente na maioria dos contextos, gerando uma polissemia que deve ser revelada no verbete:

*administração* sf. 1. Ação.

2. Pessoal.

3. Local.

A diferença é que a metáfora é sempre possível, enquanto a metonímia e a sinédoque têm um emprego mais restrito, severamente policiado por regras que seria impertinente estudar aqui.

Também aqui aparece novamente a exigência da uniformidade ao longo da obra, que é costumeiramente descumprida. Assim, pode-se encontrar qualquer destas metáforas:

Meu corpo pede cama.

Meu corpo grita por uma cama.

E, curiosamente, apenas o primeiro verbo costuma ser apresentado na acepção metafórica:

*pedir* v. [. . .] 4. Necessitar, querer.

Por que discriminar o segundo e os vários outros possíveis?

Por fim, no caso de se incluir o significado figurado nos limites da necessidade, eu me questiono ainda sobre dois pontos:

a) É preciso decidir-se entre a palavra e a frase em que aparece a figura:

Opta-se pela palavra:

*amarrar* v. 1. [. . .] 2. Fazer (um rosto) severo e cheio de zanga ou aborrecimento – *amarrar a cara*.

Ou opta-se pela frase:

*amarrar* v. [. . .] // *Amarrar a cara*. Fazer um rosto severo e cheio de zanga ou aborrecimento.

b) É preciso decidir-se entre explicar o significado denotativo, em que a figura se desmancha, ou o conotativo, em que a figura se conserva:

Opta-se pelo denotativo:

*amarrar* v. 1. [. . .] 2. Fazer (um rosto) severo e cheio de zanga ou aborrecimento – *amarrar a cara*.

Ou opta-se pelo conotativo:

*amarrar* v. 1. [. . .] 2. Fazer (o rosto) ganhar o aspecto de alguma coisa que fica cheia de sulcos quando se embrulha – *amarrar a cara*.

Parece-me inconveniente explicar a palavra figurada com outra também figurada, porque cabe ao contexto reduzido do verbete precisar o significado figurado da segunda:

*amarrar* v. 1. [. . .] 2. Carregar (as feições), mostrando aborrecimento.

O tratamento do figurado é complexo, porque a própria análise dos tropos (metáfora e alegoria, metonímia e sinédoque) tem deixado de considerar a concomitância deles ao constituírem uma única palavra figurada: assim, por exemplo, o significado conotativo do verbo *amarrar* se instala pela seqüência de uma metonímia (o efeito pela causa) e de uma metáfora (a proximidade de formas).

#### 4. Dispensa da redundância.

Nenhuma acepção deve estar contida direta ou indiretamente em outra, porque a redundância equivale a um erro de delimitação de significado. Haveria redundância num verbete deste tipo:

*construção* sf. 1. Ato ou efeito de construir. 2. Obra levantada: edifício.

A segunda acepção está contida na primeira: o edifício resulta do ato de construir e é, portanto, o efeito de construir. A correção é tranqüila:

*construção* sf. 1. Ato de construir. 2. Obra levantada: edifício.  
Ocorre aqui ainda outro pormenor que sempre se deve conside-

rar: a irregularidade significativa. Um grande número de obras diversas resulta do ato de construir, mas a palavra *construção* como efeito de construir se emprega apenas para um determinado tipo de obra: a casa, o prédio, o edifício.

A maior freqüência da redundância aparece quando se empregam os sinônimos, principalmente no caso de faltar a paráfrase para se estabelecerem os limites de seus significados. Assim, ficaria penoso distinguir a diferença destas duas acepções:

*pedir* v. 1. Exigir, reclamar. 2. Requerer, demandar.

Torna-se fácil comprovar a dificuldade de separar esses dois significados:

A saúde dele *exige*  
*reclama*  
*requer*  
*demanda* muitos cuidados.

Portanto, cada uma das acepções deve ser inteiramente independente, apoiada em alguma característica que a separe de todas as outras. A consulta de uma obra, contudo, parece levar o leitor à idéia de que, para o autor, o ideal é multiplicar a quantidade de acepções para provar a extrema riqueza da língua.

#### 5. Análise dos grupos problemáticos.

Algumas palavras apresentam uma grande intersecção de circunstâncias significativas, mas devem ser decididamente separadas, porque há uma particularidade essencial em cada uma delas: constituem grupos problemáticos. Por sua grande afinidade semântica, tendem a ser consideradas sinônimos e concorrem por isso para a extensão indevida do verbete.

A descoberta do traço distintivo é trabalhosa, mas deve ser tentada e conseguida, porque apenas com ela se pode definir corretamente esses grupos. O caminho para a conquista da particularidade essencial e, por isso, distintiva está previamente demarcado:

a) Encontrar o significado mínimo de cada palavra do grupo problemático (verbetes reduzidos):

*alegre* amf. Que demonstra o prazer que sente.

*contente* amf. Que obteve o que desejava.

*satisfeito* am. Que obteve tanto quanto esperava.

b) Comprovar o significado mínimo por meio dos respectivos antônimos (verbetes reduzidos):

*triste* amf. Que demonstra a mágoa que sente.

*descontente* amf. Que não obteve o que desejava.

*insatisfeito* am. Que obteve menos do que esperava.

c) Testar a validade da descoberta com exemplos apropriados:

- Ele está alegre, com o nascimento do filho.  
Ele está contente por poder sair.  
Ele recusou o segundo prato: estava satisfeito.
- Os antônimos reforçam a conclusão:
  - Ele está triste, com a morte do filho.  
Ele está descontente por não poder sair.  
Ele aceitou o segundo prato: estava insatisfeito.

Acresce ainda dizer que o adjetivo *alegre* é intransitivo (a minha desculpa pelo abuso desse termo e do seguinte!), enquanto os dois outros são transitivos e requerem por isso que se explicito o motivo desse estado: em termos gramaticais, a esses dois adjetivos segue-se um complemento nominal.

A possibilidade de troca depende da realidade extralingüística, que pode incluir as particularidades de cada uma das palavras do grupo problemático.

O último cuidado é exigido pela forma.

Distinga-se a forma interna (estrutura) e a externa (aspecto).

A forma interna abrange a escolha e a seqüência dos itens constitutivos do verbete, condicionados todos ao melhor aproveitamento do público e sujeitos aos objetivos assumidos.

O que mais importa é o conteúdo do verbete: a informação, que é um conjunto de informes.

Ela pode pertencer a uma de três faixas, porque também a entrada pode ser considerada sob três pontos de vista diferentes, cabendo ao verbete discriminar cada um deles:

1. Informe gramatical:

O verbete destaca a parte material da palavra (significante) e a descreve sincrônica ou diacronicamente, acústica ou graficamente, morfológica ou sintaticamente.

2. Informe significativo:

O verbete encara a parte ideal da palavra (significado) e a explica sincrônica ou diacronicamente.

3. Informe referencial:

O verbete relega o significante e o significado da palavra, assume a coisa denotada por ela e disserta sobre esta.

Os informes gramaticais constituem a ficha técnica das palavras e constam praticamente de toda obra de cunho significativo ou referencial.

A obra com informes significativos é um dicionário; com informes referenciais, uma enciclopédia.

O dicionário e a enciclopédia podem ser gerais ou especiais, totais ou parciais, mas creio faltarem nomes específicos para cada um desses oito tipos. Entretanto, consideradas as obras do presente,

os dicionários são gerais e as enciclopédias, especiais. É preciso, porém, ressaltar que a enciclopédia é uma obra lexicográfica atípica, ou talvez nem lexicográfica: ela trabalha com o mundo, não com a língua.

Para o caso dos informes significativos, poder-se-iam aproveitar alguns termos, especializando-os:

1. Obra geral, seja total ou parcial: dicionário.
2. Obra especial e total: vocabulário.
3. Obra especial e parcial: glossário (terminologia).

A diferença seria nítida: as palavras *cachumba* e *parotidite* deveriam aparecer ambas num dicionário e num vocabulário, mas apenas a segunda delas ocorreria num glossário.

O produto mais ambicioso da Lexicografia é o dicionário de língua, uma obra simultaneamente geral e total, e o seu objetivo norteador deve ser o domínio ativo da língua. A conseqüência é o cuidado meticuloso com cada verbete: além dos informes gramaticais, diretos e indiretos, devem aparecer os limites precisos do significado e das inferências (eufemismos, disfemismos, tabus e outros) que a palavra veicula.

Num dicionário de língua deveria aparecer o léxico integral de um momento da língua, porque o público indistinto vai sentir dificuldades sumamente diversas. Entretanto, há quatro fatores que limitam esse alcance máximo desejável:

1. Além da dificuldade da coleta, a língua nunca pára e surge a cada momento novas palavras por recursos internos ou externos: todo dicionário de língua é defasado.

2. Toda língua é uma classe de falares que existem e coexistem no espaço social e territorial, a maioria deles ainda inexplorados (falo dos nossos): a recolha seria um sonho inatingível para o nosso presente.

3. A tradição de purismo e de moral interfere, construindo tabus que podem ter uma influência extrema em determinada coletividade: a desobediência talvez seja punida com o encalhe.

4. Receia-se a obra por demais volumosa e, por isso, expurgam-se as palavras muito raras ou muito técnicas.

O verbete pertence a um de dois tipos:

1. Verbetes frasal.
2. Verbetes oracional.

O verbete frasal é típico do dicionário e se caracteriza por pertencer sempre à mesma classe gramatical da entrada e, quando possível, principiar por palavra da mesma classe:

*ortopedia*. Arte de evitar ou corrigir as deficiências do corpo.

As palavras *ortopedia* e *arte* pertencem à mesma classe grama-

tical: a dos substantivos.

Neste caso, o artigo é também uma frase, em que aparecem duas funções: o *fundamental*, que é a função da entrada, e o *aposto*, que é a função do verbete. Esta análise se confirma pela possibilidade de incluir-se um conetivo apositivo:

Ortopedia [isto é] arte de evitar ou corrigir as deficiências do corpo.

Ortopedia [ou] arte de evitar ou corrigir as deficiências do corpo.

Como o aposto é a forma costumeira de que se vale o falante quando julga que o ouvinte desconhece a palavra empregada, nada mais oportuno que empregá-lo com a mesma finalidade no trabalho lexicográfico. O ganho é evidente, porque o aposto é uma função sintática que implica a equivalência, anulando as diferenças entre a inclusão e a igualdade, e evita que se tenha de apelar para a convencionalidade da elipse do verbo, necessária quando se pensa a entrada como sujeito e o verbete como predicado:

Ortopedia [é] arte de evitar ou corrigir as deficiências do corpo.

Ao contrário do verbo, que requer um acordo para ser omitido, o aposto possibilita a inclusão do conetivo pelas próprias regras da língua.

A primeira vantagem é que o aposto constitui, ainda pelas regras da língua, um substituto natural do fundamental:

Dedicar-se à / ortopedia.

arte de . . . /

Essa substituição é, de resto, o recurso estilístico a que se chama paráfrase, resposta para as necessidades enfáticas: em língua, tamanho é documento.

A segunda vantagem decorre do comportamento sintático do aposto. Tem função substitutiva por força de sua equivalência (enquanto a coordenação é uma adição, a aposição é uma igualdade em termos de senso comum), mas pode sofrer restrições sintáticas e gerar um enunciado agramatical em alguns casos de troca. Considere-se o sujeito da oração seguinte, o qual é constituído por um fundamental seguido do seu aposto:

Colombo, descobridor da América, nasceu em Gênova.

O princípio da equivalência permite que qualquer dos dois (fundamental ou aposto) substitua o conjunto, mas nem sempre com o mesmo resultado gramatical.

O emprego do fundamental pelo conjunto é pacífico:

Colombo nasceu em Gênova.

O emprego do aposto pelo conjunto pode gerar um enunciado



agramatical:

Descobridor da América nasceu em Gênova. [Inadequado.]

Há necessidade de um ligeiro arranjo sintático:

O descobridor da América nasceu em Gênova. [Adequado.]

O mesmo arranjo sintático aparece quando se predica o aposto ao fundamental:

Colombo é o descobridor da América.

As mesmas restrições sintáticas ocorrem com o enunciado substitutivo de um verbete:

*lindo* am. Que agrada à vista.

Deve-se fazer o mesmo arranjo sintático para obter-se um enunciado gramatical, qualquer que seja a função sintática em que se transforme o aposto (sujeito ou predicativo):

Lindo é o que agrada à vista.

O verbete oracional é próprio da enciclopédia e, por ter um efeito declarativo, transforma a entrada em um título:

*Ortopedia*. Ortopedia é o ramo da medicina que se ocupa da conservação, prevenção e restauração da forma e função dos sistemas esquelético e articular.

Essa diversidade explica o caráter descritivo do verbete do dicionário e o dissertativo da enciclopédia. Ainda que a entrada de ambos, dicionário e enciclopédia, mantenha o aspecto paradigmático, a diferença continua: um paradigma de palavras no dicionário e um paradigma de títulos na enciclopédia.

Entretanto, a obra absoluta deve ser rara, porque são tênues os limites entre o descritivo e o dissertativo, dado que ambos, o dicionarista e o enciclopedista, devem ter a coisa denotada sempre à sua frente, ainda que sob critérios diferentes: o primeiro, como controle; o segundo, como diretriz. Explica-se assim o aparecimento de detalhes enciclopédicos em verbetes de dicionário, principalmente quando o informe serve também para identificar o referente e pode, por isso, ser considerado descritivo:

*acará*. Peixe [. . .]. Os acarás cuidam muito da prole, chegando a esconder os alevinos na boca quando ameaçados.

O informe final é tipicamente enciclopédico e contraria o aspecto frasal do verbete: a meu ver, o dicionário não deveria conter orações absolutas no campo acceptual.

O fato é que se torna freqüentemente complexo decidir se um detalhe é parte do significado da palavra ou característica da coisa, ainda que se possa tomar por critério que a particularidade sempre presente é detalhe do significado, enquanto a eventual é detalhe da coisa: assim, a finalidade seria respectivamente descritiva para o significado da palavra *cadeira* e dissertativa para o significado da

palavra *terreno*, por ser o assento uma essencialidade da cadeira, enquanto a construção é apenas uma eventualidade do terreno. A dificuldade cresce ainda mais quando se consideram os aspectos da normalidade, porque nem sempre são essenciais os detalhes que a comunidade associa com as coisas de que se explicam os signos.

Como o dissertativo inclui o descritivo, nenhuma incongruência me parece haver em a enciclopédia adotar também processos de dicionário, mas o perigo da ação contrária é grande porque, de um lado, se foge ao objetivo essencial do dicionário e, de outro, fica imprecisa a extensão do verbete, dado que quase sempre se pode acrescentar ainda outro detalhe, avolumando desnecessariamente o verbete e tornando a obra híbrida. Para manter o rigor técnico e incluir o dado enciclopédico que se julga indispensável, basta recorrer ao espaço do exemplo, recurso muito empregado no dicionário esportantista.

Pretendo dar esta estrutura ao verbete do meu dicionário, aparecendo em cada um dos artigos os itens adequados à respectiva entrada:

*entrada* abreviatura de informe gramatical. [Paráfrase meta-lingüística.] Paráfrase lingüística: sinônimo – *exemplo*. Abreviatura de flexão: *forma irregular*. ) *derivado regular* abreviatura de informe gramatical. // *Expressão de forma fixa*. Paráfrase lingüística: sinônimo – *exemplo*. Abreviatura de antônimo: *antônimo*. V. *palavra a que se remete*. Obs.: Esclarecimento julgado relevante.

Como a finalidade é o entendimento do significado da entrada, vários elementos concorrem para facilitá-lo e garanti-lo: a paráfrase, o sinônimo, o exemplo e o antônimo.

A paráfrase é o elemento inicial do verbete, de preferência feita com informes significativos, devendo empregar-se os referenciais apenas na impossibilidade dos primeiros.

Os sinônimos seguem a paráfrase e nunca se deve apresentar apenas um, porque o significado da palavra de entrada equivale à intersecção dos significados dos sinônimos, à qual se pode chegar com a ajuda da paráfrase, significativa ou referencial. Faltando a paráfrase, torna-se por demais penoso para o leitor o trabalho de descoberta dessa intersecção.

O exemplo atende a três propósitos:

1. Indica as circunstâncias sintáticas de emprego.

Se for apenas essa a finalidade do exemplo, é melhor adotar a forma canônica, apresentando um conteúdo genérico por meio de indefinidos:

*informar* v. [. . .] – *informar alguém de alguma coisa / informar alguma coisa a alguém*.

2. Encerra um enunciado que permite a descoberta do significado com base no próprio contexto.

Neste caso, a forma canônica deve ser preterida:

*perecer* v. [. . .] – *Desgraçadamente, todos pereceram naquele desastre.*

3. Permite que se introduzam informações que seriam impróprias no quadro informativo do verbete, por seu caráter circunstancial:

*gato* sm. [. . .] – *O gato mia / o gato gosta de lambar-se.*  
Há dois tipos: o de língua e o de ambiente.

O exemplo de língua escolhe o contexto lingüístico em que costumeiramente aparece a palavra por exemplificar: parte da palavra e se apóia nela. Entretanto, se a palavra é comum naquele contexto, há uma tendência em toda língua para lexicalizar o grupo inteiro, que passa por fim a constituir uma nova unidade significativa, diminuindo ou anulando o significado de cada elemento desse grupo: é o lugar comum. Do ponto de vista explicativo, nada vale, mas é muito freqüente.

O exemplo de ambiente escolhe uma circunstância situacional em que costumeiramente se mostram os caracteres da coisa que a palavra de entrada indica: parte do referente e se apóia nele. Vale muito, porque reafirma o processo descritivo do verbete, criando uma redundância indireta.

Há de ser fácil identificar cada um deles abaixo:

Um destino *cruel*.

Um bandido *cruel*.

Ou ainda:

*perecer* v. [. . .] – *Desgraçadamente, todos pereceram naquele desastre.*

É costume exemplificar com dados coligidos da obra de escritores. Parece-me ser essa uma prática defeituosa: requer uma pesquisa complementar, alonga desnecessariamente o verbete e nem sempre é o exemplo mais certo, além de pouco provar, porque faltam as indicações para localizar a citação. A prática tradicional obedece ao bom senso de se confiar na honestidade profissional do autor. Entretanto, se me parece que a acepção deva ser aceita sem prova, o mesmo deixa de acontecer com a entrada polêmica, em cujo verbete se deveria citar pelo menos o autor e alguma circunstância de ocorrência, para comprová-la:

*haustar* v. *Levar* (alguém) a um estado de irritação e cansaço: aborrecer, cansar, importunar, pop. encher – *Aquele fulano me hausta* (Maria da Conceição Assumpção, em pesquisa de campo).

*imexível* amf. Em que não se pode mexer – *O plano é imexível*

(Ministro Antônio Rogério Magri, em entrevista).

O antônimo fixa o significado de cada acepção e permite distingui-las umas das outras, porque elas têm um antônimo diferente, na maioria dos casos:

*agudo* am. 1. [. . .] – *a ponta aguda de um alfinete*. 2. [. . .] – *a voz aguda de uma cantora*. Ant.: *rombudo* (1), *grave* (2).

Deve ser, porém, um antônimo específico, nunca meramente negativo ou excludente.

Assim, seria um erro este acréscimo:

*útil*. amf. [. . .] Ant.: *inútil*.

O correto seria:

*útil* amf. [. . .] Ant.: *prejudicial*. V. *inútil*.

O verbete se encerra com a remissão, que é o envio do consulente a uma segunda palavra, importando sempre em desencanto e dispêndio maior de tempo. Deve, por isso, ser empregada cautelosamente.

Existem dois tipos de remissão: a obrigatória e a facultativa.

A obrigatória omite informações, que devem ser procuradas no ponto assinalado: frustra o usuário e lhe toma um tempo que talvez não tenha. Parece ser comum:

*accessível* amf. V. *acessível*.

A facultativa sugere que se procure um segundo artigo, onde há informações complementares, mas dispensáveis, respeitando assim a liberdade do leitor. A utilidade deste tipo de remissão é grande, principalmente quando o consulente hesita entre duas palavras (verbetes reduzidos):

*ato* sm. O conjunto dos movimentos necessários para se fazer alguma coisa – *o ato de arrancar um prego*. V. *ação*.

*ação* sf. Conjunto de atos praticados para se alcançar uma finalidade – *Os atos do Governo constituem a ação do Governo*. V. *ato*.

A observação final ocorre raramente: apesar de proveitosa, é um dado que ficaria deslocado no corpo do verbete, por fugir aos objetivos da obra lexicográfica. Entretanto, encerra algum esclarecimento sobre o emprego da palavra, sempre que se possa supor que o leitor a que se visa há de lucrar com essa impertinência do autor. O fato de aparecer ao termo do verbete a torna como que uma nota de rodapé, em que tudo se tolera (ou quase tudo):

*à* contr. [Fusão da preposição *a* com a palavra *a*, artigo ou demonstrativo] – *Vou à praia / a moça da direita falava à da esquerda*. Obs.: A contração *à* aparece quando se pode usar a expressão *a uma* em lugar dela – *Vou a uma praia / a moça da direita falava a uma da esquerda*.

A forma externa é o visual.

O verbete deve ter o aspecto gráfico adequado para distinguir a paráfrase e o exemplo, o enunciado lingüístico e o metalingüístico, empregando os recursos mais apropriados para facilitar a consulta. Aqui, o maior inimigo, e o mais insidioso, é o erro de imprensa, que independe da vontade do autor e do editor, mas que se torna trágico ou cômico. Cito um exemplo de cada caso:

Um dicionário brasileiro deixou escapar a forma *grega* em lugar da forma *greda* (*giz*), dificultando enormemente a compreensão daquele enunciado, e um dicionário esperantista transformou a *união dos sexos para a reprodução* (*sekskunigo*) em uma *união de meia dúzia para a reprodução* (*seskunigo*), uma verdadeira bacanal.

Neste momento, com tudo isso na mente, o voluntário (há-os?) se transforma em autor e principia o nascimento cesariano da obra lexicográfica.

O meu gesto inicial é de medo: não é melhor desistir?...

## LISTA DE ABREVIATURAS

adv.	advérbio, adverbial.
am.	adjetivo masculino.
amf.	adjetivo masculino ou feminino (uniforme).
arc.	arcaico.
contr.	contração.
desus.	desusado.
dir.	transitivo direto.
ind.	transitivo indireto.
interj.	interjeição.
intr.	intransitivo.
loc.	locução.
pop.	popular.
prep.	preposição, prepositivo.
rel.	termo religioso ou teológico.
sf.	substantivo feminino.
sm.	substantivo masculino.
smf.	substantivo masculino ou feminino (uniforme).
suf.	sufixo.
v.	verbo.
v.	ver.

## RESUMO

*Este artigo examina as dificuldades que um lexicógrafo encontra na redação de cada verbete, procurando mostrar os principais defeitos que ocorrem na maioria dos dicionários, principalmente aqueles que decorrem de uma falta de adequação entre a linguagem e a clientela a que visam. Procura encontrar uma metodologia que possa evitar as armadilhas comuns na conceituação dos verbetes, para conseguir o maior número de informações com o menor número de acepções, distinguindo o significado de uma palavra e o uso dela e desprezando toda significação motivada pelo ambiente em que se fala.*

*La jena teksto pritraktas la praktikon leksikografian, kaj esploras la plej bonan vojon al tiu agado per la konscia celo al la koncernata publiko kaj per prudenta distingo inter vortosignifo kaj vortouzo.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BARBOSA, M. A. Reflexões sobre o projeto lexicográfico: análise e descrição da forma de conteúdo da unidade lexical. *XVIII Anais do GEL*. São Paulo : GEL, 1989.
- 2 BARBOSA, M. A. Considerações sobre a estrutura e funções da obra lexicográfica: metodologia, tecnologia e condições de produção. In: *SIMPÓSIO DE LEXICOLOGIA E LEXICOGRAFIA (1990: Lisboa)*. *Simpósio...* Lisboa : Universidade Nova de Lisboa, 1990
- 3 BARBOSA, M. A. Da função semiótica, das funções metasemióticas e suas aplicações à elaboração da macro e da microestrutura e do processo de remissivas da obra lexicográfica. *XIX Anais do GEL*. Lorena : GEL (prelo).
- 4 DUBOIS, J.; DUBOIS, C. *Introduction à la lexicographie: le dictionnaire*. Paris : Larousse, 1971.
- 5 HAENSCH, G. et al. *La Lexicografía: de la Lingüística teórica a la Lexicografía práctica*. Madrid : Gredos, 1982.
- 6 MATTOS, G. Fundamentos da Prática de Ensino. *Construtura*. São Paulo : FTD, 1973.

- 7 MATTOS, G. Trajeto semântico: conceito e universalidade. *Inter-relacionamento das ciências da linguagem*. Rio de Janeiro : GERNASA, 1974.
- 8 MATTOS, G. *Curso de lingüística matemática*. São Paulo : DIFEL, Sociedade Brasileira de Professores de Lingüística, 1977.
- 9 REY-DEBOVE, J. *Etude linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains*. Paris : Mouton, 1971.
- 10 VILELA, M. *Definição nos dicionários de português*. Porto : ASA, 1983.